



preço é de US\$ 60 mil e o Orion, no valor de US\$ 59,2 mil.



Na Esplanada, quem não municia a equipe de segurança com arsenal antiarapongagem contrata empresas especialistas no ramo para blindar seus ramais. Nesse campo, quem domina a prestação de serviços é a Dígito, que só este ano recebeu R\$ 4 milhões do governo. A firma é conhecida por fabricar o sistema Guardiã — dispositivo utilizado pelas forças policiais brasileiras para proteger a rede de monitoramento telefônico e filtrar dados de escutas realizadas em investigações —, mas também oferece outros produtos de segurança de dados. Entre os clientes da Dígito estão o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, e a Presidência da República, contemplando o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Vigilância da Amazônia. A Dígito foi procurada, mas não informou os serviços prestados a órgãos do Executivo e Judiciário.

Oficialmente, as varreduras em órgãos públicos cabem à Polícia Federal. O efetivo destinado a ações antiarapongagem não atende à demanda, e as empresas de tecnologia agem no vácuo da falha institucional para vender segurança ao alto escalão e a parlamentares. Procurada pelo Correio, a PF não informou sobre a demanda que recebe para realizar varreduras telefônicas em órgãos públicos, alegando que “os dados são de segurança institucional e são mantidos em sigilo”.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que não tem o equipamento de rastreamento de escutas telefônicas e que, quando é necessário fazer uma varredura, o equipamento é solicitado a outros tribunais, que nunca se negaram a atender. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência não respondeu os questionamentos feitos pela reportagem sobre os equipamentos de varredura e seu uso. A assessoria se limitou a dizer que a Lei nº 10.683/2003 estabelece as competências do GSI e que o artigo 5º da Constituição regula o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas.

#### Medo

Ministério Público Federal e delegados da PF questionam o uso desses equipamentos por pessoas e órgãos que não têm competência e nem tratamento. A proposta aprovada no Congresso após o fim da CPI era de que esses instrumentos deveriam ser de uso exclusivo das forças de segurança legislativa.

O consultor em segurança André Cardelli trabalha com equipamentos antiescutas há 10 anos e afirma que o “medo” dos grampos na Esplanada não se justifica do ponto de vista institucional. “Assuntos de interesse nacional não são tratados por telefone, mas em reuniões, e equipamentos misturadores de frequência que inibem escutas são soluções mais simples. O medo dos grampos é para proteger assuntos de ordem particular”, avalia.

Cardelli informa que em alguns países os grampos telefônicos estão sendo feitos por um dispositivo que desvia o sinal enviado pela operadora para uma “pseudoestação”, que passa a emitir o sinal. Esse tipo de escuta só é possível quando realizado nas proximidades da ligação do celular que se pretende grampear, mas não é detectado pelas maletas de varredura utilizadas pelos órgãos públicos brasileiros.

GOSTOU DESTA NOTÍCIA? COMPARTILHE EM SUAS REDES SOCIAIS!

Mais

